

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.

FOLHA:

31

ASS.

lysl

ora debatida. Por unanimidade, a Corte assentou que a Constituição do Estado de São Paulo não pode ampliar as hipóteses de lei complementar, para além daquelas expressamente previstas na Constituição Federal. Ressaltou-se que o constituinte federal definiu um rol taxativo de matérias reservadas à lei complementar. Assim, após suas considerações e citações, o procurador opinou em caráter divergente que a proposta legislativa (Projeto de Lei n.º 84/2025) não contém vício de forma, revelando-se correta a opção pela lei ordinária como espécie normativa, por se encontrar em plena consonância com o modelo constitucional vigente.

Diante do exposto e após análise, a Comissão de Justiça verificou todos os pareceres jurídicos, a legislação brasileira e todas as demais informações necessárias para a tramitação deste projeto de lei, dentro das normas exigidas para sua aprovação. Ficou claro que ambos os pareceres opinaram pela constitucionalidade e legalidade da matéria, embora houvesse uma pequena divergência que, no nosso entendimento, não prejudica a tramitação e aprovação do projeto de lei em tela.

Assim, as Comissões se reuniram e decidiram emitir um parecer favorável à aprovação do projeto em questão, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2025.

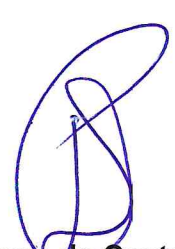
APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS.

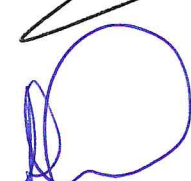
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

18 / 11 / 25

Comissão de Justiça

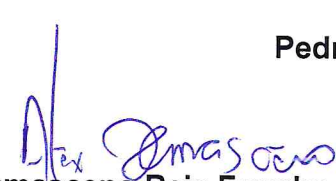

Henriana Pessuto Candido Lacerda
PRESIDENTE

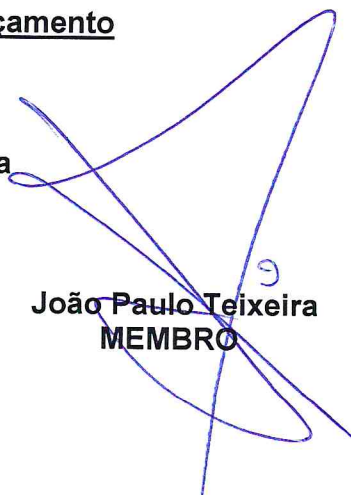

Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO


Maria Angela Laurito de Moraes
MEMBRO

Comissão de Finanças e Orçamento

Pedro Renato da Silva
PRESIDENTE


Alex Damasceno Reis Framba
SECRETÁRIO


João Paulo Teixeira
MEMBRO

